

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**

Ao vigésimo sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, o Conselho Municipal de Segurança, composto pelos representantes dos respectivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I, devidamente convocados para o efeito.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** cumprimentou os Senhores Conselheiros e deu início ao Conselho Municipal de Segurança colocando à votação a ata.

### **Ordem de Trabalhos:**

#### **1. Ata da reunião de 4 de dezembro de 2020.**

**Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião de 4 de dezembro de 2020.**

#### **2. Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – proposta de revisão de acordo com o novo enquadramento e competências conferidas pelo Decreto-Lei 32/2019 de 4 de março.**

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que é necessário um parecer deste Conselho Municipal para que o Executivo Municipal se pronuncie sobre esta matéria; posteriormente o assunto será colocado em discussão pública.

Explicou que o CMS alargado passará a funcionar de três em três meses e terá um período aberto ao público. Acrescentou que haverá um CMS restrito que reúne de dois em dois meses só com as forças de segurança. Sublinhou que estas são as alterações fundamentais.

Perguntou se os Senhores Conselheiros estão de acordo em dar um parecer favorável a esta proposta para que a mesma siga para discussão pública, para o Executivo Municipal e para a Assembleia Municipal.

**Aprovada, por unanimidade.**

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que têm então o parecer favorável do Conselho Municipal de Segurança, o que permite avançar para as próximas fases.

#### **3. Projeto de videovigilância – apresentação do ponto da situação dos trabalhos em curso.**

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** disse que, neste momento, sobre o ponto da situação deste projeto não há muito a acrescentar face àquilo que foi apresentado no último CMS. Deu nota de que foi criado um grupo de trabalho constituído por responsáveis e técnicos da CMP – Câmara Municipal do Porto e os responsáveis e técnicos do Comando do Porto; este grupo está a reunir periodicamente e está na fase de identificar, do ponto de vista técnico, quais as áreas a abranger, qual o tipo de equipamentos, quais as capacidades desses equipamentos e qual a infraestrutura necessária para a implementação do projeto.

Do ponto de vista da PSP, deu conta de que estão a trabalhar na fundamentação legal necessária e requerida para a eventual aprovação.

Sublinhou que estão empenhados para que, a curto prazo, possam ter um pré-projeto para discutir entre a Câmara e a Polícia. Disse que existem alguns prazos decorrentes da tecnicidade e da implementação deste equipamento que obedece a uma cronologia estipulada em sede dos trabalhos que estão a decorrer na CMP.

Realçou que o projeto está a avançar.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** reiterou o compromisso da CMP no sentido de custear esta instalação quer em termos de equipamentos, quer em termos da central de controlo, que funcionará na PSP.

Deu nota de que, em termos de fibra ótica, a Cidade está bem servida e esta era uma das condições fundamentais para que o equipamento fosse instalado. Referiu que praticamente todos os locais que estão identificados estão muito bem servidos de fibra ótica, que é da Porto Digital e, portanto, a maior parte do investimento já está feito. Explicou que, neste momento, estão a definir a posição, o tipo e a quantidade de câmaras.

**O Senhor Presidente da Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho** perguntou se existe um horizonte temporal. Disse que para dar resposta às empresas e aos associados que representa devia existir um horizonte temporal e uma data apontada.

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** explicou que este projeto vai depender de duas fases: a fase da identificação dos equipamentos, dos locais e da fundamentação; e a fase da materialização no terreno. Referiu que a CMP tem em curso um processo de renovação dos semáforos e da fibra ótica, e o projeto em discussão vai entroncar necessariamente neste que a Câmara tem em curso. Sublinhou que o espaço temporal da implementação ou da execução está diretamente relacionado para aproveitar sinergias que já estão em curso do ponto de vista da infraestrutura da CMP. Afirmou que estão convencidos que o projeto estará concluído no espaço temporal de dois anos.

Lembrou que a questão da videovigilância não é um assunto de consenso nacional. Considerou que o projeto demorará mais tempo quando for submetido à apreciação da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que este prazo é para concluir todo o processo. Referiu que há áreas em que é mais fácil e em que podem instalar mais rapidamente e há outras áreas em que não será tão rápido porque a Câmara vai instalar um novo sistema de semaforização, que é fundamental para instalar algumas câmaras de videovigilância. Acrescentou que este assunto está há três anos em Tribunal de Contas, mas há partes que podem antecipar. Sublinhou que o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados nesta matéria não é vinculativo e a CMP tomará, assim que possível, junto do MAI – Ministério da Administração Interna, todas as medidas necessárias para que isso seja implementado.

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** deu nota de que foi aprovado recentemente um projeto de videovigilância em Lisboa com 200 câmaras e sublinhou que esta notícia acrescenta um fator positivo ao projeto do Porto.

Disse que, segundo a Comunicação Social, estará na forja uma nova lei sobre a videovigilância, nomeadamente para apresentar um ensejo dos polícias que é as *bodycams*.

Considerou que estão num quadro mais favorável a projetos de videovigilância do que aquele que tinham num passado recente.

**A Senhora Vereadora Cristina Pimentel** acrescentou que o projeto irá evoluir por fases e estão a preparar, com a PSP, uma zona piloto que acreditam que será mais rápida em termos de implementação do que os dois anos que o Senhor Superintendente mencionou.

Deu nota de que vão avançar com uma zona piloto, onde já estão a trabalhar para ter a definição das câmaras, mas todo esse processo, para além de estar sujeito a apreciação da Comissão Nacional de Proteção de Dados, está sujeito à contratação pública. Explicou que da parte do Município terá que ser lançado um procedimento de contratação pública para a aquisição de todo o equipamento necessário e este será um procedimento complexo não só pelo custo, mas pela especificidade técnica muito elevada. Disse que estão a trabalhar nessas duas frentes para construir as características técnicas e os locais para lançarem um procedimento de contratação pública para uma zona piloto.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que farão tudo isto por lotes para não atrasar. Explicou que à medida que a PSP identificar o tipo de equipamentos e a quantidade para determinados locais, a Câmara lança esse procedimento.

**A Senhora Vereador Cristina Pimentel** disse que é um processo que, a partir deste momento, entrará em curso e ficará concluído na sua totalidade no prazo de dois/três anos, mas que entrará agora num processo gradual de implementação por zonas, por fases-piloto, porque não era possível abarcar a totalidade de uma só vez, quer por questões de custo, quer por questões de

contratação pública. Referiu que este processo é extremamente complexo e obriga a uma interligação muito grande entre os sistemas da própria Câmara.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** recordou que a CMP já tem videovigilância com características diferentes.

**A Senhora Vereadora Cristina Pimentel** disse que não têm autorização para a utilizar como tal.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** explicou que o atual sistema de videovigilância não permite fazer a gravação e, portanto, não é de utilidade para as forças de segurança em matéria de investigação criminal.

**A Senhora Vereadora Cristina Pimentel** disse que estão instaladas atualmente 128 câmaras para gestão de tráfego.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** convidou os Senhores Conselheiros a visitar o CGI – Centro de Gestão Integrada para perceberem aquilo que a Câmara tem montado. Explicou que se trata de uma estrutura completamente nova, onde estão presentes as forças policiais e um conjunto de outras valências, por exemplo, ligadas à limpeza da Cidade. Referiu que, quando se realizam grandes eventos, aquelas câmaras são muito importantes para prevenir alguns riscos e são utilizadas com frequência.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** perguntou quais são as zonas-piloto; se está estipulado algum prazo para essas zonas-piloto; e qual vai ser o desfasamento entre as zonas-piloto e o resto das instalações.

**A Senhora Vereadora Cristina Pimentel** explicou que designaram como zona-piloto no sentido em que será a primeira a implementar e que vai obrigar a um conjunto de interligações dos vários sistemas e de testes. Referiu que as zonas-piloto vão servir para ajudar a testar a interligação dos sistemas e para formatar o procedimento que vão seguir e é nesse sentido que utilizam a designação zona-piloto.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** explicou que não vão poder utilizar o CGI para este efeito, porque, por lei, têm de utilizar equipamentos ou instalações da PSP.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** perguntou qual vai ser a primeira área de implementação.

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** respondeu que quando o projeto for submetido à apreciação do MAI será com todas as áreas.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que haverá um projeto para a Cidade toda e não projetos.

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** disse que a identificação das câmaras, dos locais, o impacto e a fundamentação jurídica vai ser feita na mesma fase; a materialização no terreno começará por uma área, mas essa ainda não está identificada.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que é fácil deduzir que há zonas da Cidade onde é muito mais fácil instalar.

**A Senhora Vereadora Cristina Pimentel** disse que a zona central é mais bem equipada do ponto de vista das interligações.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que é mais fácil começar por esta zona. Referiu que há zonas onde vão precisar de muitas câmaras, porque o número de câmaras vai depender do desenho das ruas.

**A Senhora Vereadora Cristina Pimentel** realçou que o grupo de trabalho foi constituído, está a trabalhar quinzenalmente e a construir a solução, portanto, é um processo que está em curso de uma forma bastante célere. Explicou que o grupo de trabalho foi constituído entre a componente técnica da PSP e os técnicos do Município e quinzenalmente tem debatido as questões técnicas e estão a construir o processo.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Artur Ribeiro (CDU)** disse que não tem nenhuma simpatia pela videovigilância, tem, aliás, muitas reservas. Na sua opinião, a videovigilância tem, sobretudo, o objetivo, no Porto, de procurar contribuir para diminuir o problema do flagelo da toxicod dependência. Referiu que o conforta o facto de saber que isto ainda vai demorar uns anos, porque o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados não é vinculativo, mas é obrigatório. Na sua opinião, a Comissão Nacional de Proteção de Dados vai demorar muito tempo a dar o seu parecer.

Considerou que a videovigilância pode ajudar a contribuir para resolver o problema da toxicod dependência, procurando eliminar as causas da toxicod dependência.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que o combate à criminalidade associada à toxicod dependência vai continuar a ser necessário. Referiu que a gestão da toxicod dependência e a criminalidade associada ao tráfico e à toxicod dependência são questões diferentes.

Considerou que a Comissão Nacional de Proteção de Dados é mais um fator para complicar e adiar as situações.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Artur Ribeiro (CDU)** disse que a droga é um grande negócio e enquanto não se acabar com o negócio não se acaba com a droga.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que se continuarem a facilitar a distribuição de drogas; se continuarem a facilitar o seu consumo na via pública; se continuarem a facilitar e legalizar tudo aquilo que se passa, o negócio é fantástico. Considerou que as medidas, que têm sido tomadas sucessivamente pelo Estado, fomentam esse grande negócio. Na sua opinião, devem defender medidas que acabem com esse negócio e, neste momento, isso deve passar por restrições a determinado tipo de consumo. Disse que a outra solução é arranjar um subsídio para os toxicodependentes e isso é algo que a CDU pode propor no Parlamento.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Artur Ribeiro (CDU)** disse que no dia em que a pessoa que precisa da droga possa ir buscá-la à farmácia e não tiver de a pagar, o negócio acaba.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, José Castro (BE)** disse que apresentar a videovigilância como tendo como principal destino intervir na questão da criminalidade associada à toxicodependência, não é, na sua opinião, um objetivo razoável. Considerou que é importante para todas as pessoas que estão mais envolvidas nesta matéria não deixarem de levar em conta as experiências de alguns locais que são "campeões" no número de câmaras instaladas e num sistema mais avançado.

Sublinhou que não podem deixar de ler os trabalhos que existem dos defensores e dos opositores, por exemplo, em relação ao que se passa em Nice, uma cidade francesa que, apesar de ter a maior instalação de câmaras de videovigilância, isso não impediu os brutais atentados que aconteceram. Sublinhou que, em muitos casos, a instalação da videovigilância acaba por traduzir-se na diminuição de efetivos policiais, particularmente de polícia de proximidade, e esta matéria tem que ser ponderada.

Considerou que não se deve ficar com a ideia de que este projeto é para combater fundamentalmente a criminalidade associada à toxicodependência, nem que a videovigilância vai ser a solução para a perceção de segurança ou de insegurança.

Referiu que não faltam trabalhos e reflexões de muitas entidades e de muitas individualidades sobre esta matéria.

**O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António Fonseca** perguntou à PSP por que razão não apresenta já o plano. Disse que se já se sabe que zonas é que vão ser contempladas pela

videovigilância, não devem esperar que a estrutura esteja toda montada para apresentar o projeto à Comissão Nacional de Proteção de Dados. Considerou fundamental ganhar tempo e essa parte pode ser feita.

Referiu que a alteração da lei está mais relacionada com os meios que as forças policiais vão passar a usar.

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** considerou que se está a confundir várias questões. Explicou que para ser submetido ao MAI o projeto tem de ter a identificação de todos os requisitos legais e isto passa pela fundamentação do ponto de vista da polícia e pela identificação das características técnicas dos equipamentos, a localização dos mesmos e o alcance dos mesmos. Acrescentou que o trabalho que está a ser feito neste momento é precisamente para identificar todas as premissas que estão na lei.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** perguntou se o Senhor Presidente da CMP disse que o Governo fomenta o tráfico de estupefacientes.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que se referiu à legislação que sucessivamente tem sido aprovada.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** perguntou quem é que legisla.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** respondeu que não é o Governo.

Disse que quando o legislador decidiu tomar medidas de despenalização do consumo, medidas que considera perfeitamente adequadas, não tomou, ao mesmo tempo, medidas de mitigação do tráfico.

Lembrou as palavras do representante da Polícia Judiciária, numa das últimas reuniões, que afirmou que o combate ao tráfico de droga em Portugal e em vários países europeus deixou de ser uma prioridade.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** disse que fomentar é diferente. Afirmou que todas as pessoas têm o direito de discordar das medidas, mas dizer que as medidas ou a legislação fomentam é diferente.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que tem o direito de dizer o que pensa, o Senhor Conselheiro é que não tem o direito de tentar reinterpretar aquilo que disse.

Afirmou que se continuarem a permitir que haja consumo, como existe, na via pública de drogas pesadas; se a legislação não permite às forças policiais agirem junto dessas pessoas; se sabem que essas pessoas, que estão fragilizadas, não têm recursos para comprar a droga; se sabem

que, por causa disso, essas pessoas se transformam numa rede de distribuição, objetivamente o enquadramento legal que está formado contribui para o tráfico de droga, para o negócio do tráfico de droga. Referiu que quando não combatem algo e quando liberalizam apenas uma parte e não liberalizam a outra estão objetivamente a facilitar.

Em relação ao consumo, disse que não tem problema com isso em espaço privado, mas incomoda-o à porta da escola dos seus netos, por exemplo. Referiu que uma lei que permite isto fomenta o tráfico de droga; fomenta o enriquecimento de alguns através do empobrecimento de muitos.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** disse que discorda da afirmação do Senhor Presidente da CMP de que o Estado Central fomenta o tráfico de droga.

**O Senhor Comandante da PM – Polícia Municipal, António Leitão** disse que, apesar de a questão dos consumos de droga e dos fenómenos associados às drogas não ser competência principal da Polícia Municipal, vivem todos os dias com este fenómeno. Referiu que têm um programa que se chama “Porto. Cidade sem Drogas” que é acompanhado pela Polícia Municipal e, no período de um ano e quatro meses, fizeram cerca de 1400 intervenções e retiraram 70 toneladas de lixo associado ao consumo de drogas da rua.

Afirmou que têm de analisar o percurso legislativo das drogas em Portugal; existe uma descriminalização em 2001 e, de facto, é uma legislação absolutamente progressista quando comparada com outros cenários europeus, mas o legislador não teve a coragem de acompanhar a descriminalização das drogas com outras iniciativas de saúde pública. Referiu que estão a falar, neste momento, de salas de consumo assistido e, provavelmente, uma delas terá instalação no Porto ainda durante este ano, mas estão a falar dessas salas há 21 anos e estão a empurrar para as autarquias sistematicamente esta responsabilidade.

Explicou que o consumo de drogas para um consumidor de drogas é um ilícito de mera ordenação social. Considerou que esta questão tem de ser debatida num fórum muito mais profundo de saúde pública. Deu o exemplo da Dinamarca que, não tendo uma política de descriminalização, tem as salas de consumo assistido mais desenvolvidas do Mundo.

Afirmou que não se pode sistematicamente empurrar a questão do consumo de drogas nem para os decisores locais nem para as polícias.

Sublinhou que a videovigilância visa, sobretudo, promover um pressentimento de segurança, independentemente da conduta criminal que está na sua base.

Disse que é preciso repensar se este processo de descriminalização de 2001 não teve um hiato demasiadamente longo de 20 anos sem nada ser feito pelos consumidores de drogas.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** disse que o combate ao tráfico e o combate ao consumo em zonas públicas não está a funcionar como devia e é

preciso melhorar. Referiu que, ao nível do Estado Central e ao nível da Câmara, têm sido feitas ações positivas e importantes, mas é preciso tentar encontrar melhores soluções.

Sublinhou que a resolução das situações de consumo na via pública não está a funcionar como deveria e pode ser necessário alterar a legislação; e Câmara pode ter um papel importante, fazendo sugestões ao Governo e à Assembleia da República.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, José Castro (BE)** associou-se à intervenção do Senhor Comandante da PM, que salientou a importância da legislação de 2001. Referiu que essa Lei dava incumbências aos governos particularmente na área de saúde e pode dizer-se que todas essas incumbências foram razoavelmente concretizadas. Sublinhou que existe na lei uma única questão que não era da responsabilidade direta da Administração Central, que eram as salas de consumo vigiado. Disse que a Lei refere que a iniciativa da constituição de uma sala de consumo vigiado tinha de partir da iniciativa, por exemplo, dos municípios. Acrescentou que lamentavelmente os 308 municípios do País nunca tiveram a coragem de assumir as suas responsabilidades.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que, concordando com a descriminalização, considera que houve melhorias em alguns aspetos durante algum tempo, mas depois pioraram e têm piorado muito.

Referiu que a Cidade do Porto vai ter uma unidade de consumo assistido amovível, mas se as pessoas não quiserem entrar não as podem obrigar. Considerou que esta será uma medida paliativa que terá algum impacto, mas não podem acreditar que vai ser através desse esforço dos municípios que se vai resolver o problema.

Afirmou que as cidades são sempre pontos de conflito e os responsáveis políticos têm de arbitrar estas situações, reconhecendo o equilíbrio entre os direitos das pessoas. Referiu que, neste momento, há muitas pessoas que se sentem vítimas, porque consideram que os seus filhos estão em risco de serem desviados para esse consumo; sentem-se vítimas, porque sentem-se inseguros; sentem-se vítimas, porque não compreendem a economia montada à volta desta situação. Sublinhou que esta situação tem depois um impacto na forma como o cidadão comum olha para o funcionamento do Estado.

Considerou que é pelo negacionismo relativamente à situação que esta questão se coloca cada vez de uma forma mais violenta.

Afirmou que as câmaras de vigilância são uma medida de proteção auxiliar para as funções que as polícias desempenham.

Relativamente às iniciativas e à alteração da lei, disse que considera que há partes do espaço público em que o consumo de drogas duras, nomeadamente injetáveis, devia ser criminalizado como atentado ao pudor.

Disse que a polícia deve ser supletiva ao sentimento de ordem que cada um deve ter dentro de si.

**O Senhor Presidente da Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho** disse que existem mais vítimas para além dos toxicodependentes na Cidade e é sobre esses que considera que deviam recentrar a discussão, porque é para esses que as forças de segurança também devem atuar, não é só para as minorias. Considerou que deviam discutir sobre o que é que podem fazer para captar mais investimento para a Cidade para torná-la mais segura e para gerar maior perceção de segurança. Na sua opinião, é essa perceção de segurança que a videovigilância pode trazer.

Congratulou-se pelo muito trabalho que está a ser realizado.

**A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, Delfina Antunes** disse que os grandes centros urbanos têm de trabalhar em rede para tornarem as sociedades mais resilientes. Referiu que o fenómeno da toxicodependência tem muitos eixos de intervenção. Congratulou-se com as iniciativas da Autarquia e da Polícia Municipal.

Disse que foi referida uma questão muito importante, a dos resíduos com risco biológico. Considerou notável retirar das ruas 70 toneladas de resíduos com risco biológico e isso é, de facto, proteger a saúde pública.

Explicou que as pessoas que estão nesse tipo de consumos são pessoas desestruturadas na sua personalidade e, portanto, exercem apenas o seu direito, alheando-se de tudo o resto.

Congratulou-se que até ao final do ano haja uma sala de consumo assistido, lamentando que a legislação não permita o encaminhamento das pessoas, que estão a consumir a céu aberto, para essas salas de consumo assistido. Disse que espera que proximamente o legislador e quem decide complementarize esta medida para que ela seja eficaz. Afirmou que é preciso perceber o impacto na saúde mental, no desenvolvimento, sobretudo, dos mais jovens que se estão a estruturar que observam consumos a céu aberto, o que é uma imagem de decadência de uma sociedade contemporânea, que não orgulha ninguém. Referiu que é preciso, cada vez mais, trabalhar em rede.

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, António Gouveia** disse que esta reunião está a ser muito interessante, porque está a aprender muito.

Referiu que pode pairar no ar a ideia de que não vale a pena lutarem para que o problema da toxicodependência desapareça, mas vale sempre a pena lutar.

Afirmou que a intervenção do Senhor Deputado Artur Ribeiro vai no seguimento do conservadorismo do PCP.

Disse que este fenómeno é recorrente em todos os governos e é um fenómeno difícil de resolver, mas não pode ficar a ideia de que não vale a pena lutar. Considerou que a videovigilância pode ajudar nesta questão.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** disse que consumir na via pública é proibido e as pessoas têm de ser reencaminhadas para seguirem tratamento. Acrescentou que, na prática, isso não está a funcionar e é um problema.

Afirmou que se a legislação precisa de alterações, a CMP pode sugerir isso ao Governo e à Assembleia da República. Na sua opinião, o regime de contraordenação é melhor solução do que a criminalização.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Artur Ribeiro (CDU)** disse que não vai comentar as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, porque o respeita. Referiu que a medida de 2001 foi uma boa medida, melhorou muito a situação durante vários anos, mas, a partir de determinada altura, houve um Governo que extinguiu o Instituto da Droga e da Toxicodependência e a situação começou a piorar.

Referiu que não é verdade que se possa consumir à vontade na via pública, não é crime, mas se alguém estiver a consumir droga em frente a uma escola o agente da polícia pode e deve pegar nessa pessoa e levá-la para recuperação.

Considerou que a videovigilância tem aspetos positivos, não é tudo negativo, mas o problema da toxicodependência não se resolve apenas com medidas repressivas, é preciso procurar atacar as causas.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que é preciso que a pessoa que está a consumir compreenda que o preço que pagou pela droga é apenas uma parte do preço que vai pagar a seguir; para isto é preciso fazer um trabalho pedagógico que, do seu ponto de vista, não foi feito. Referiu que quando se descriminalizou e a situação começou por correr bem, mas em determinada altura foi assumido, nomeadamente por uma nova geração que a situação estava a ser legalizada. Sublinhou que deixou de haver um ónus social relativamente a esta situação e isto tem efeitos prolongados no tempo.

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** disse que o consumo está previsto na lei e é punido; a PSP ou qualquer força de segurança pode identificar o infrator, apreender o produto e notificar o indivíduo para a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência. Acrescentou que a própria lei refere que aos consumidores toxicodependentes são aplicadas sanções não pecuniárias, ou seja, nenhum toxicodependente paga coima. Disse que é importante perceber o alcance desta situação para o trabalho das polícias. Referiu que as pessoas que se dedicam ao consumo, à partida, não se dirigem, por sua iniciativa, à Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** realçou que estas pessoas não podem ser levadas para a esquadra da polícia.

**O Senhor Superintendente da PSP, Mário Pereira** disse que o trabalho da polícia termina no exato momento em que a pessoa é identificada. Sublinhou que estas pessoas sabem que nada lhes acontece. Afirmou que é uma ilusão colocar o foco da solução na polícia.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que a polícia apenas pode pedir a identificação a essa pessoa, convocá-lo para uma reunião e apreender a droga. Acrescentou que a pessoa pode permanecer no mesmo local. Sublinhou que a Lei é isto que determina.

**O Senhor Vereador Fernando Paulo** disse que estes assuntos constituem armas de arremesso. Afirmou que têm de ser coerentes e perceber, de uma vez por todas, que estes temas não devem constituir armas de arremesso político.

Mostrou-se disponível para, nos espaços próprios, apresentar contas.

Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo e às questões do consumo de drogas, disse que não recebem lições de ninguém, porque têm uma rede social montada em que o NPISA Porto, no planeamento e intervenção na questão das pessoas em situação de sem-abrigo, tem cerca de 70 organizações; o núcleo executivo reúne todos os meses; os eixos de acompanhamento têm autonomia em termos da Segurança Social, da saúde, do emprego, das organizações não-governamentais e de voluntariado e as respostas têm sido criadas. Referiu que, de junho a dezembro, criaram 52 novas respostas em apartamento partilhado na Cidade com um projeto associado de inserção no mercado de trabalho.

Disse que têm no Hospital Joaquim Urbano um centro de acolhimento temporário financiado a 100% pela Câmara e criaram, no âmbito do Covid e da vaga de frio, mais um centro de acolhimento de emergência, para o qual há vagas. Referiu que, do ponto de vista constitucional, a lei permite que uma pessoa em situação de sem-abrigo esteja na rua se essa for a sua vontade e há casos desses em que as pessoas não querem ajuda e querem permanecer na rua.

Sublinhou que a Câmara distribui, no restaurante solidário da Praça da Batalha, 525 refeições por dia, 365 dias por ano e existem organizações que também querem estar na Praça da Batalha, onde se chegam a acumular 3 e 4 organizações. Acrescentou que existem organizações que não associações, que não estão legalmente constituídas e que rejeitam integrar o Banco Local de Voluntariado, o NPISA ou a Rede Social.

Afirmou que este trabalho é um trabalho de grande complexidade, a Cidade tem uma Rede Social organizada e estruturada; reúne, quer a Rede Social quer o NPISA separadamente todos os meses e têm respostas adequadas.

Deu nota de que, quase todas as semanas, recebem pedidos das escolas pois os espaços são invadidos aos fins-de-semana, as seringas são atiradas para dentro das escolas; os próprios pais também pedem a resolução deste assunto.

Referiu que a toxicodependência é um problema de saúde e um problema social e têm os centros de saúde para tratar a toxicodependência, que são os CRIS – Centro de Resposta Integrada. Sublinhou que existem 3 CRIS na Cidade. Acrescentou que cabe ao Estado Central a resposta

para a doença da toxicod dependência, articulando com todas as estruturas e a Autarquia está disponível para dar as respostas adequadas.

Afirmou que todos têm direito à Cidade e a Cidade tem dado de uma forma exemplar as respostas necessárias.

Deu conta de que recebeu a Direção do Teatro São João, que o informou que nas saídas de emergência do edifício havia toxicod dependentes instalados no local, colocando problemas de segurança, para além da apropriação indevida do espaço. Disse que a sua capacidade de intervenção se esgota quando as pessoas recusam o tratamento e o encaminhamento.

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel Carvalho** considerou que o tema da toxicod dependência é um dos temas de topo da hipocrisia da sociedade mundial, porque é tudo legítimo para defender os três grupos de pessoas envolvidas na toxicod dependência. Referiu que os consumidores merecem todo o esforço das autarquias, dos estados e dos governos para minorar a desgraça. Acrescentou que em relação aos traficantes/promotores a sociedade não tem feito nada para acabar com o princípio desta questão toda.

Considerou impossível que não considerem e não se debrucem sobre a hipocrisia de uma sociedade que protege o traficante e o promotor.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** disse que as palavras do Senhor Comandante da PSP ajudam a perceber melhor aquilo que não está a funcionar bem. Sublinhou que a Câmara poderá sugerir alterações à própria lei. Acrescentou que ninguém está a defender o Governo ou um Partido Político, estão neste Conselho para tentar contribuir para a resolução deste problema dentro das suas limitações e capacidades técnicas.

**A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, Sofia Maia** disse que as câmaras de videovigilância não são apenas para os toxicod dependentes, são também para a segurança das estradas e para a segurança de todos os cidadãos.

Realçou as palavras do Senhor Subintendente da PSP e do Senhor Vereador Fernando Paulo. Deu nota de um *e-mail* que acabou de receber do Grupo Jardim Fluvial sem Drogas, que dá conta de que a situação no jardim está substancialmente melhor. Agradeceu o trabalho do Pelouro do Ambiente e da Polícia que tem estado no local todos os dias.

Na sua opinião, devia ser aberto um debate na Assembleia da República para se repensar na lei de 2001.

**Foi dado conhecimento.**

**4. Covid-19 – março de 2019/março2020 – balanço das principais ações e intervenções do Município do Porto nos vários domínios de atuação.**

**O Senhor Comandante da PM, António Leitão** agradeceu ao Senhor Presidente da CMP e à Senhora Vereadora Cristina Pimentel, porque foi um ano muito atípico para o qual ninguém estava treinado.

Disse que o Pelouro da Senhora Vereadora Cristina Pimentel foi um Pelouro de primeira linha e, durante os primeiros três meses de pandemia, reuniram todos os dias de segunda a domingo.

Referiu que perceberam que muitas das soluções encontradas foram as soluções do momento e à medida que o problema se ia colocando. Reiterou que muitas das soluções foram as possíveis no momento pela falta, muitas vezes, de histórico sobre situações similares, mas sempre com o interesse público em primeiro lugar.

Esclareceu que as polícias municipais não são órgãos de polícia criminal e em algumas situações foi um desafio acrescido à tarefa normal administrativa das polícias municipais, isto aguçou uma cooperação diária muito efetiva entre a PM e a PSP.

Deu nota de que fiscalizaram e continuam a fiscalizar diariamente os períodos de confinamento e a articulação com as autoridades de Saúde. Salientou a excelente articulação que existe com as autoridades de Saúde, sobretudo, para novas dinâmicas associadas às necessidades de confinamento e obrigatoriedade de confinamento.

Referiu-se às ações sistemáticas de sensibilização móvel.

Deu conta de que passaram a utilizar uma nova metodologia de policiamento, ou seja, um polícia por carro-patrolha e talvez por isso e por algum esforço acrescido tiveram um número muito residual de contaminações por Covid.

Disse que, nesta terceira fase pandémica, a Polícia Municipal do Porto foi colocada à disposição do Senhor Diretor Nacional da PSP e ficou vinculada, do ponto de vista operacional, à Polícia de Segurança Pública. Acrescentou que ainda estão nessa fase e continuarão enquanto o estado de emergência vigorar.

Relativamente ao impacto operacional, disse que as infrações rodoviárias baixaram 50%, mas não baixou uma certa indisciplina de estacionamento.

Disse que devido ao confinamento as reclamações devido ao ruído aumentaram e esta dimensão do ruído foi uma dimensão muito importante na questão do impacto operacional. Sublinhou que foi preciso explicar às pessoas que existem ruídos lícitos. Afirmou que as soluções têm sido de bom senso, muitas vezes a de apelar ao sentimento de boa vizinhança.

Referiu que estiveram adstritos a segurança de infraestruturas críticas.

Acrescentou que estão, neste momento, a fazer a gestão local dos planos de mobilidade dos centros de vacinação.

Deu conta de que a polícia está, neste momento, a trabalhar em períodos doze horas, ou seja, há um esforço operacional acrescido durante este período pandémico. Referiu que também tiveram agentes infetados, o que constituiu um grande desafio.

Disse que foram feitas algumas ações de formação sobre as situações de stress e as situações de stress pós-traumático direcionadas aos agentes.

Em relação aos impactos logísticos, disse que foram necessários mais equipamentos e a partir de agora têm um desafio muito grande.

**O Senhor Comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros, Carlos Marques** disse que a sua atividade mudou bastante neste último ano e registaram mais de 1500 ocorrências no âmbito da Covid-19. Sublinhou que esta atividade no âmbito da Covid-19 veio aumentar a sua atividade operacional. Referiu que, para além de ações de sensibilização e de reconhecimento, fizeram também transportes de e para as estruturas de apoio da retaguarda; para tal também contaram com o apoio dos Bombeiros Voluntários do Porto e dos Bombeiros Voluntários Portuenses.

Disse que a sua principal atividade, durante este tempo, foram as descontaminações e fizeram mais de 1000, umas corretivas e outras preventivas em viaturas, em edifícios e em pessoas.

Afirmou que, logo no início da pandemia, tiveram de constituir um gabinete de crise no Batalhão de Sapadores Bombeiros, que serviu para planear todas as ações no âmbito da Covid-19.

Referiu que também tiveram horários mais prolongados para redução do risco de contágio.

Deu nota de que tivemos também alguns bombeiros infetados e outros em isolamento profilático, mas considera que face à exposição constante e permanente à Covid-19 o número de contágios não foi relevante. Acrescentou que estes números de infetados e de isolamento levou a uma gestão operacional mais criteriosa para não comprometer toda a atividade operacional.

Sublinhou que os Recursos Humanos têm um programa de bem-estar e saúde mental que estão a implementar nos Serviços que tiveram desde logo na primeira linha e isso está bastante proveitoso.

Mencionou que houve uma redução das ocorrências de socorro de 2019 para 2020 de cerca de 25% e os recursos foram alocados para as atividades no âmbito da Covid-19.

Em termos logísticos, disse que inicialmente detetaram alguma escassez em termos de equipamento de proteção individual, mas foram-se adaptando e experimentando novas técnicas e novos equipamentos.

Referiu que tiveram de reorganizar as suas instalações de acordo com plano de contingência, sempre com o objetivo da redução do risco de contágio.

Em termos de proteção civil, disse que o seu plano foi ativado logo no início da pandemia e mantém-se ativo. Sublinhou que realizaram também o Plano Operacional Municipal de acordo com as orientações que foram emanadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a nível nacional e depois a nível distrital. Acrescentou que realizaram algumas fichas de intervenção de acordo com as orientações da DGS; essas fichas serviam para fazer o aconselhamento em termos de eventos.

Afirmou, juntamente com a Autoridade de Saúde e com a Segurança Social, foram fazendo as visitas às estruturas residências para pessoas idosas e lares.

Registou que criaram o Centro de Emergência e Proteção Civil, onde foi centralizada toda a informação prestada pelo Município no contexto da pandemia.

Referiu que foram apoiando a realização e a validação dos planos de contingência.

Disse que foram interditando, juntamente com a PM, os espaços e equipamentos públicos; e foram acompanhando também as feiras e mercados.

Em termos logísticos, disse que mantiveram sempre o contacto com o Comando Distrital de Operações de Socorro e fizeram a atualização das instalações prioritárias no âmbito municipal.

Disse que tiveram de adquirir mais materiais e equipamentos, nomeadamente tendas e gradeamento.

Deu nota de que realizaram várias ações de sensibilização para os lares e para as escolas.

Disse que têm colaborado na operacionalização do protocolo celebrado com as centrais de táxis.

### **Foi dado conhecimento.**

### **5. Plano de Desconfinamento – março/abril/maio de 2021.**

**A Senhora Vereadora Cristina Pimentel** disse que estão numa fase que têm de voltar a reabrir e a preparar um plano de confinamento faseado de acordo com as várias fases que têm pela frente.

Referiu que têm grandes alterações e novidades em relação ao transporte público; neste momento, a STCP que esteve a praticar um horário de contingência já regressou ao seu horário de Verão com lotação limitada a dois terços. Disse que no caso do Município do Porto, em matéria de transporte público, contam, a partir de dia 31 de março, retomar o horário do Funicular das 8h às 20h.

Sublinhou que o estacionamento continua gratuito.

Em matéria de transporte público, disse que, a partir do dia 5 de abril, a STCP retomar o horário normal, ou seja, pretende regressar em pleno com a sua oferta quer em termos de autocarro quer em termos do carro elétrico. Disse que vão propor um alargamento do horário do Funicular dos Guindais até às 22h.

Acrescentou que continuam com o projeto do transporte em táxis das pessoas que vão para os centros de vacinação.

Disse que propõe retomar o estacionamento no próximo dia 6, exclusivamente durante os dias da semana.

Afirmou que as feiras e mercados a partir desta data podem ser autorizadas.

Referiu que a partir do dia 19 mantêm todas estas atividades sem grande alteração e a partir do dia 3 de maio retomarão a taxa do estacionamento também aos sábados.

Afirmou que estão gradualmente a tentar construir este plano de desconfinamento com a informação que têm, mas vão avaliando e ajustando à realidade a cada momento.

Realçou que a partir do dia 6 de abril retomarão o estacionamento à superfície exclusivamente durante os dias da semana, porque ao fim-de-semana continuam a ter restrições de horário; a partir do dia 3 de maio retomarão o estacionamento pago à superfície ao sábado; a partir do dia

5 de maio o transporte público regressará com os seus horários normais e poderá ser feito algum reforço suportado pelo Município.

Afirmou que este é um plano que terão de ir melhorando e ajustando.

**A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, Delfina Antunes** disse que, apesar das dificuldades que a Região Norte teve sobretudo na segunda e na terceira onda pandémica, o Porto passou ao lado de algum descontrolo que se viu mediatizado em Guimarães, Felgueiras, Paços de Ferreira entre outros.

Sublinhou que o Covid-19 veio aprofundar o trabalho de articulação entre as forças vivas da Cidade; lembrou que semanalmente houve um diálogo com a Autarquia, a PM, a Proteção Civil, a Segurança Social e a Vereação, portanto, tem havido um esforço de comunicação muito grande que dá substrato à tomada de decisão. Sublinhou que este é sem dúvida um exercício de articulação notável que é a mais-valia que o Covid-10 veio trazer à Cidade em situações de emergência. Salientou que nesse fórum semanal estão presentes os dois ACeS, Porto Oriente e Porto Ocidental e os dois hospitais centrais da Cidade: o Hospital de São João e Centro Hospitalar do Porto. Referiu que isto obrigou a uma plasticidade e a uma flexibilidade enorme em termos de resposta, pois ninguém estava preparado para esta situação.

Ao nível dos cuidados de saúde primários, deu conta de que foram integrando e formando os recém-licenciados, os internos de formação geral; apoiaram os alunos de enfermagem e os alunos do 6.º ano da Faculdade de Medicina e, portanto, tiveram de alargar muito rapidamente os recursos humanos que permitissem, em tempo útil, quebrar cadeias de transmissão.

Agradeceu à Superintendente Paula Peneda pelo trabalho realizado na monitorização no domicílio do cumprimento dos isolamentos.

Disse que têm um feito um trabalho conjunto com um grande investimento nos lares, mas, neste momento, os utentes dos lares estão vacinados.

Afirmou que, neste exercício enorme de articulação, a Autarquia cedeu espaços para poderem retomar a atividade dos centros de saúde, permitindo que todo o processo de vacinação se desenrolasse de uma forma mais tranquila.

Disse que estão a entrar na fase de rastreio que é muito importante. Acrescentou que se não conseguirem precocemente detetar os casos eles vão estar no seu efeito de transmissibilidade.

Abordou a questão das novas variantes da Covid-19 e a necessidade da sua contenção.

Salientou o esforço de deteção precoce nos rastreios, dizendo que já existe uma estratégia nacional de rastreio em contexto escolar. Referiu que a planificação dos rastreios nas escolas é da responsabilidade do diretor da escola e existem verbas orçamentais do Estado disponibilizadas para a externalização desse rastreio.

Afirmou que, após a retoma da atividade do nível de ensino básico, tem havido poucas situações de infeção. Referiu que não houve nenhuma situação de transmissibilidade em contexto escolar. Disse que se vacinaram os bombeiros, estão a vacinar alguns elementos da magistratura; vacinaram os utentes dos lares e os profissionais de saúde.

Levantou o problema da vacinação das pessoas acamadas, dizendo que já está no terreno a vacinação no domicílio.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, José Castro (BE)** saudou o trabalho muito exigente que foi realizado pela Proteção Civil Municipal, pelas polícias e pelos Serviços de Saúde Pública.

Sobre o desconfinamento, considerou que o Município vai continuar a ser chamado a dar respostas que nem sequer estão explicitamente previstas nas suas atribuições e competências, mas, com certeza, não deixará de as dar. Salientou que os decisores políticos, mesmo a nível local, deviam ter em conta a prevenção perante esta situação que estão a viver, nunca esquecendo que estão também numa espécie de batalha civilizacional contra negacionistas e muitos outros.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que a Câmara Municipal do Porto tem vindo a trabalhar com os ACeS em várias funções. Referiu que emprestaram 3 viaturas aos ACeS que eram necessários para o apoio aos lares; financiaram e operaram a Pousada da Juventude com um investimento de 300 mil euros e onde acolheram 90 idosos.

Salientou que tiveram um trabalho muito importante ao nível das escolas com as refeições que continuaram a ser fornecidas mesmo quando as escolas estão fechadas. Disse que houve 18 escolas que estiveram sempre a funcionar para acolher os filhos das pessoas que têm atividades prioritárias e crianças em risco.

Deu nota das várias colaborações que desenvolveram, no âmbito da Rede Social, com as juntas de freguesia, com as IPSS e com a Segurança Social para dar as respostas necessárias para apoiar pessoas isoladas, com e sem Covid, as comunidades migrantes e os grupos vulneráveis. Referiu que apoiaram os ACeS de várias formas, no caso do ACeS Oriental construíram uma tenda para o recobro das pessoas que estão a ser vacinadas em Vale Formoso; relativamente ao ACeS Ocidental cederam duas escolas da CMP.

Sublinhou que continuam a ter o centro de vacinação *drive-thru* preparado para o caso de as autoridades o desejarem utilizar.

Quanto às medidas de desconfinamento, disse que Portugal foi o único País da Europa em que não houve a possibilidade de governos regionais, autonomias ou câmaras municipais tomarem medidas diferenciadores.

Afirmou que Portugal tem uma enorme desigualdade e as ondas pandémicas ocorreram de forma diferenciada no País; o território diferente, as atividades económicas são diferentes, os transportes públicos são diferentes, mas Portugal continua a ter a visão imperial de que tudo é decidido em Lisboa e o resto do País tem de cumprir.

Mostrou a sua discordância sobre algumas das medidas e dos horários que já estão previstos. Referiu que são medidas de caráter quase ideológico que propiciam o negacionismo.

Disse que Portugal foi o único País em que os municípios não foram sequer ouvidos. Acrescentou que tudo o que fazem é no cumprimento escrupuloso da lei relativamente a questões e instruções que lhes são dadas. Referiu que ao Município compete a realização de tarefas e a tarefaização dos municípios, mas quando algo corre mal naturalmente vêm bater à porta dos municípios.

Afirmou que não vale a pena discutirem o Plano de Desconfinamento porque os municípios não são chamados a participar ativamente nas decisões.

Disse que muitas das decisões que foram tomadas são decisões políticas e não decisões científicas.

**O Cidadão designado pela Assembleia Municipal, Marco Leitão (PS)** felicitou todo o trabalho desenvolvido pelas autoridades na área da Saúde, forças de segurança, na área social a nível central e a nível local.

Concordou com a afirmação de que Portugal é um País muito centralizado, embora tenha havido algumas medidas no sentido de descentralizar algumas competências para as câmaras.

Revelou que é um defensor da regionalização.

#### **Foi dado conhecimento.**

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a presença de todos e considerou importante a presença física dos Senhores Conselheiros.

Agradeceu aos Serviços da Biblioteca Almeida Garrett pelo Apoio.

Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto

Rui Moreira



---

## ANEXO I

### Lista de Presenças



Conselho Municipal de Segurança  
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)  
Reunião ordinária, de 26/03/2021  
Lista de Presenças

Página 1 de 3

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui de Carvalho de Araújo Moreira	
CMP/Pelouro da Habitação e Coesão Social	Fernando Paulo Ribeiro de Sousa	
CMP/Pelouro da Proteção Civil	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel	
Assembleia Municipal do Porto	Miguel Pereira Leite	
União Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Ana Furtado, em substituição do Presidente da União Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira	
Junta de Freguesia de Ramalde	António Castanheira Fernandes Gouveia	
Junta de Freguesia de Bonfim	José Manuel da Fonseca Carvalho	
União Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória	António José Gonçalves Fonseca	
Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã	Ernesto Fortunato Neves dos Santos	
Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos	Alberto Amaro Guedes Machado	
União der Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Carla Sofia da Silva Soares Maia	
Ministério Público	Maria Laura Ferreira de Azevedo Rios de Oliveira	
Polícia Judiciária do Porto	Pedro Silva	
Comando Metropolitano da PSP do Porto	Superintendente <del>Henriques Almeida</del> <sup>Fátima Pimenta</sup> Superintendente Mário Pereira	
Comando da Guarda Nacional Republicana do Porto	Coronel António Duarte Rodrigues Lobo de Carvalho	



Conselho Municipal de Segurança  
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)  
Reunião ordinária, de 26/03/2021  
Lista de Presenças

Página 2 de 3

Direcção Regional do Norte do SEF	Armindo Pires / Ana Maria Carral	
Pólice Municipal do Porto	Comandante António Manuel Leitão da Silva	
Batalhão de Sapadores Bombeiros	Comandante Carlos Eduardo Saraiva Marques	
União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Rui Brito e Cunha Leite de Castro	
CGTP-IN	João Fernando Freitas Torres	
União Geral de Trabalhadores	Fátima Pinto	
Associação Empresarial de Portugal	Gonçalo Lencastre Medeiros	
Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
Associação de Comerciantes do Porto	Rubens Carvalho	
DGEsTE - DSRN	Hália Grancho	
Administração Regional de Saúde do Norte, IP	Delfina Antunes	
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	João José Rodrigues Afonso	
Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP	Margarida Mogadouro	
Cidadã designada pela Assembleia Municipal do Porto (RM)	Ana Cláudia Almeida	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PPD-PSD)	Joaquim Caldas Moutinho dos Santos	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PS)	Marco Regis Lacomblez Leitão	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (BE)	José Manuel de Castro	



**Conselho Municipal de Segurança**  
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)  
Reunião ordinária, de 26/03/2021  
Lista de Presenças

Página 3 de 3

Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (CDU)	Artur Ribeiro	
Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PAN)	Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro	
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género	Manuel Joaquim Pereira Albano	
CPCJ de Porto Central	Paula Torres	
CPCJ de Porto Oriental	Conceição Santos	
CPCJ de Porto Ocidental	José Pedro de Oliveira Domingues	
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta	Ilda Maria Rodrigues Afonso	
IMT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes	Anabela Ferreira da Silva	
IFR – Instituto de Investigação e Formação Rodoviária	Francisco Manuel Leite da Silva	
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Rui Silva Oliveira	
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Ana Castro Sousa	